

Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria, ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria e da governança da Companhia, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária, foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 460.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

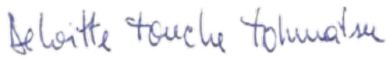
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 15 de maio de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA



Paulo Ferreira Silveira
Contador

CRC nº 1 BA 028799/O-3

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/24	31/12/23	PASSIVOS E PATRIMONIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/24	31/12/23
ATIVOS CIRCULANTES				PASSIVOS CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	5	55.238	57.290	Fornecedores	12	14.737	17.247
Contas a receber	6	30.147	29.476	Impostos a recolher		18.272	35.080
Estoque		6.183	3.848	Financiamento	13	19.877	17.327
Impostos a recuperar	7	21.176	6.512	Obrigações trabalhistas	14	9.725	13.558
Partes relacionadas	15	18.168	36.577	Repasse para terceiros		248	84
Adiantamentos diversos		4.346	2.070	Partes relacionadas	15	27.489	20.131
Despesas antecipadas	8	1.514	1.791	Adiantamento de clientes		9.368	10.253
Total dos ativos circulantes		<u>136.772</u>	<u>137.564</u>	Provisão para manutenção técnica	16	2.470	2.470
				Outras contas a pagar	12	6.498	13.545
				Total dos passivos circulantes		<u>108.684</u>	<u>129.695</u>
ATIVOS NÃO CIRCULANTES				PASSIVOS NÃO CIRCULANTES			
Depósito judicial		21.908	11.504	Financiamento	13	419.695	439.359
Outros ativos	9	82.732	64.343	Impostos diferidos	24	37.606	40.388
Fundo restrito	13 (iv)	29.172	26.912	Provisão para manutenção técnica	16	24.054	24.606
Imobilizado	10	2.507	1.306	Outorga da concessão a pagar	17	3.796	3.294
Ativo de contrato	11	13.801	13.875	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	18	23.252	6.073
Intangível	11	1.784.521	1.780.527	Total dos passivos não circulantes		<u>508.403</u>	<u>513.720</u>
Total dos ativos não circulantes		<u>1.934.641</u>	<u>1.898.467</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	19.1	1.146.605	1.146.605
				Reserva de capital	19.2	(14.655)	(14.655)
				Reserva de lucros	19.3	282.376	220.666
				Dividendos adicionais propostos	19.4	40.000	40.000
				Total do patrimônio líquido		<u>1.454.326</u>	<u>1.392.616</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>2.071.413</u>	<u>2.036.031</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.071.413</u>	<u>2.036.031</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/24	31/12/23
RECEITA DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Receita líquida operacional	20 (a)	284.276	255.226
Receita de construção	20 (b)	<u>41.315</u>	<u>16.105</u>
		325.591	271.331
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Custo operacional	21 (a)	(152.172)	(145.626)
Custo de construção	21 (b)	<u>(41.315)</u>	<u>(16.105)</u>
LUCRO BRUTO		132.104	109.600
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	22	(26.667)	(35.729)
Despesas com vendas	22	(2.363)	5.678
Outras receitas (despesas) operacionais	22.1	<u>23.262</u>	<u>70.559</u>
		(5.768)	40.508
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		126.336	150.108
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	23	19.055	15.558
Despesas financeiras	23	<u>(30.086)</u>	<u>(37.662)</u>
		(11.031)	(22.104)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		115.305	128.004
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	24	(34.638)	(44.996)
Diferidos	24	2.782	2.212
Incentivo fiscal SUDENE	24	<u>19.044</u>	<u>23.060</u>
		(12.812)	(19.724)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>102.493</u>	<u>108.280</u>
Lucro por ação básico e diluído (em Reais - R\$)	27	0,0894	0,0944

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	<u>102.493</u>	<u>108.280</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>102.493</u></u>	<u><u>108.280</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de capital		Reserva de lucro		Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucro acumulado	Patrimônio líquido
			Custo na emissão de ações	Transações de capital	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		1.146.605	(3.804)	(10.851)	8.946	24.269	119.969	24.348	-	1.309.482
Dividendos pagos	19.4	-	-	-	-	-	-	(24.348)	-	(24.348)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	108.280	108.280
Destinação do lucro do exercício:										
Constituição de reserva legal	19.3.1	-	-	-	5.414	-	-	-	(5.414)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	19.3.2 e 24	-	-	-	-	23.060	-	-	(23.060)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19.4	-	-	-	-	-	-	-	(798)	(798)
Dividendos adicionais propostos	19.4	-	-	-	-	-	-	40.000	(40.000)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-	39.008	-	(39.008)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		1.146.605	(3.804)	(10.851)	14.360	47.329	158.977	40.000	-	1.392.616
Dividendos pagos	19.4	-	-	-	-	-	-	(40.000)	-	(40.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	102.493	102.493
Destinação do lucro do exercício:										
Constituição de reserva legal	19.3.1	-	-	-	5.125	-	-	-	(5.125)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	19.3.2 e 24	-	-	-	-	19.044	-	-	(19.044)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19.4	-	-	-	-	-	-	-	(783)	(783)
Dividendos adicionais propostos	19.4	-	-	-	-	-	-	40.000	(40.000)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-	37.541	-	(37.541)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		1.146.605	(3.804)	(10.851)	19.485	66.373	196.518	40.000	-	1.454.326

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/24	31/12/23
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		102.493	108.280
Ajustes para conciliar o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Impostos sobre o lucro correntes e diferidos	24	31.856	42.784
Depreciação e amortização	21	36.589	29.789
Encargos sobre outorga da concessão a pagar	17(ii) e 23	502	381
Provisão para manutenção técnica		(552)	8.170
Juros e variações monetárias, líquidas		16.918	26.939
Perda de crédito estimada	6 e 22	1.785	(5.738)
Provisão para outorga variável	17.iii	16.377	14.680
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis		17.179	1.154
Amortização do custo de captação	13(iii)	481	479
Reequilíbrio econômico-financeiro	1.2 e 17	(25.425)	(79.023)
Outros ganhos ou perdas		6.098	1.141
Variação dos ativos e passivos			
Contas a receber		(2.456)	3.292
Estoque		(2.335)	352
Impostos a recuperar		(14.664)	5.884
Despesas antecipadas		277	1.105
Adiantamentos diversos		(2.276)	2.080
Deposito judicial		(10.404)	(206)
Fornecedores		(2.510)	(1.513)
Obrigações trabalhistas		(3.833)	4.109
Impostos a recolher		(26.457)	(40.532)
Repasse para terceiros		164	(740)
Partes relacionadas		24.984	(8.451)
Outras contas a pagar		(7.047)	241
Adiantamento de clientes		(885)	5.361
Caixa gerado pelas operações		156.859	120.018
Juros pagos	13(iii)	(26.516)	(27.815)
Impostos sobre o lucro pago		(24.989)	(9.927)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		105.354	82.276
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição do imobilizado	10	(1.374)	(557)
Adições ao intangível e ativo de contrato	11(ii)	(46.434)	(20.332)
Fundo restrito		(2.260)	(2.491)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(50.068)	(23.380)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	19.4	(40.000)	(24.348)
Pagamento de financiamento	13(iii)	(17.338)	(16.335)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(57.338)	(40.683)
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(2.052)	18.213
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício	5	57.290	39.077
No fim do exercício	5	55.238	57.290
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(2.052)	18.213

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/24	31/12/23
RECEITAS			
Receita bruta de serviços prestados	20	327.532	294.240
Receita de construção	20	41.315	16.105
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	6 e 22	(1.785)	5.738
Outras receitas (despesas) operacionais	22.1	23.073	71.713
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custos de construção	21	(41.315)	(16.105)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(102.143)	(98.775)
VALOR ADICIONADO BRUTO		246.677	267.178
Depreciação e amortização	21	(36.589)	(29.789)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		210.089	237.389
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	23	19.055	15.558
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		229.143	252.947
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal:			
Remuneração direta		26.957	28.463
Benefícios		8.884	9.568
FGTS		2.767	2.078
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais		40.859	51.073
Estaduais		557	413
Municipais		15.525	14.387
Remuneração de capitais de terceiros:			
Encargos sobre outorga	23	502	381
Juros	23	24.179	32.780
Aluguéis		1.013	1.022
Outros		5.407	4.502
Remuneração de capitais próprios:			
Lucro retido		101.710	107.482
Dividendos	19.4	783	798
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		229.143	252.947

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. ("CASSA" ou "Companhia" ou "Concessionária") foi constituída em 12 de junho de 2017 e tem por objeto social exclusivo a exploração, sob o regime de concessão do Aeroporto de Salvador - anteriormente denominado Aeroporto Deputado Luís Eduardo Magalhães ("Aeroporto de Salvador"), a prestação dos serviços de execução, gestão e fiscalização dos serviços necessários à ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto de Salvador.

1.1. Contrato de concessão

Em 28 de julho de 2017, a Companhia e a Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC" ou "Poder Concedente") assinaram o contrato de concessão do Aeroporto de Salvador, decorrente do Edital de concessão nº 01/2016, com o período correspondente a 30 anos extensível por mais 5 anos.

Integram a concessão os bens necessários para a prestação do serviço de exploração aeroportuária disponibilizados pelo poder público e incorporados pela Companhia. Os investimentos em obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, não são passíveis de reembolso. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a infraestrutura do complexo aeroportuário.

Adicionalmente, a Companhia pagará ao poder concedente contribuição variável no percentual de 5% sobre a receita bruta (não incidente sobre a receita de construção reconhecida como efeito da interpretação técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão).

Como parte das atividades de concessão, a Companhia será remunerada pelas receitas tarifárias de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia e receitas não tarifárias à exploração de atividades econômicas que envolvam a utilização de espaços no complexo aeroportuário.

A Companhia não presta serviços auxiliares ao transporte aéreo que não sejam remunerados por meio de receita tarifária.

1.2. Reequilíbrios econômico-financeiros (REF)

Após a decisão da Organização Mundial da Saúde ("OMS") de qualificar, em 11 de março de 2020, o surto da Doença Infecciosa COVID-19, como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional - ESPII (o mais alto nível de alerta da OMS, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional) e do entendimento da AGU, com o Parecer nº261/2020/CONJURMINFRA/CGU/AGU, que classificou a pandemia como evento de força maior, ficou garantido o direito ao Equilíbrio Econômico-Financeiro, previsto na Seção III Capítulo IV do Contrato de Concessão, à Concessionária.

Em dezembro de 2023, após a Decisão nº 644, publicada no Diário Oficial da União, a Companhia reconheceu o valor de R\$89.686 referente ao pleito de reequilíbrio 2023. No entanto, após essa decisão, a Companhia atualizou suas projeções com números realizados até 31 de dezembro de 2023 e recalculou o reequilíbrio para R\$79.023.

Em 26 de novembro de 2024, após recebimento da Nota Técnica nº 209/2024/GEIC/SRA, a Companhia registrou o valor de R\$21.863 referente ao pleito de reequilíbrio 2024, a Concessionária atualizou suas projeções com números realizados até 31 de dezembro de 2024 e recalculou o reequilíbrio para R\$25.425 referente ao pleito de reequilíbrio de 2024 (notas explicativas nº 9, nº 17 e nº 22.1).

Após o encerramento do exercício, a Concessionária permaneceu em discussão com a ANAC sobre as premissas adotadas no cálculo e solicitou revisão do valor até então aprovado anteriormente de maneira interina. (nota explicativa nº 30).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas na sua gestão.

Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As práticas contábeis materiais adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

3.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.1.1. Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado; e (c) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da natureza e finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

3.1.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” - os quais não são aplicáveis à Companhia e “Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado (incluindo Outorga da Concessão a pagar, fornecedores e outras contas a pagar) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, acrescidos de multa por inadimplências.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los na apuração tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data de divulgação das demonstrações financeiras.

Benefício fiscal

A provisão para imposto de renda e contribuição social é individualmente calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes ao final do exercício, considerando-se os benefícios fiscais concedidos pela SUDENE. A parcela de redução do imposto de renda correspondente a incentivos fiscais é reconhecida no resultado, mas transferida da conta lucros acumulados para reserva de lucros no encerramento do exercício por não poder ser distribuída aos acionistas.

3.3. Outros ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

3.4. Ativos intangíveis

(i) Infraestrutura

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operando e mantendo essa infraestrutura durante determinado prazo. O contrato de concessão estabelecido entre a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. O contrato estabelece também o pagamento pela Companhia ao poder concedente em ativos financeiros além da obrigação de ampliação da infraestrutura existente. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados aos usuários. Para o reconhecimento do ativo intangível, de acordo com a orientação técnica OCPC 05 - item 38, nos contratos de concessão consideram-se bens vinculados à concessão aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.

Para os bens não vinculados à concessão, a orientação técnica OCPC 05 - item 40, descreve que esses ativos devem ser classificados no ativo imobilizado e que sejam aplicados os critérios de avaliação do pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado.

(ii) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 11.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(iii) Direito de outorga

O contrato de concessão obtido pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de execução. Dessa forma, o gasto com o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pela curva de demanda ao longo do prazo da concessão.

(iv) Ativo de contrato

De acordo com o item 19 do ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão, determina que os ativos durante a fase de melhoria e construção, devem ser classificados como Ativo de contrato.

3.5. Financiamento

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço (nota explicativa nº 13).

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.6. Outorga da concessão a pagar

Representa as obrigações a pagar ao Poder Concedente pelo direito de exploração do Aeroporto de Salvador que são registradas inicialmente a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras e estão registradas no passivo não circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento inferior a 12 meses após a data do balanço.

As despesas financeiras provenientes da atualização monetária são registradas no resultado do exercício, de acordo com a competência. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se a taxa de juros real de 8,5% a.a., taxa equivalente de mercado estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão.

3.7. Provisão para manutenção técnica

A Concessionária possui a prática de efetuar grandes paradas de manutenção técnica, em intervalos regulares durante a vida útil econômica do bem. Essas manutenções são efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho técnicos previstos. Para tal, é necessária a realização de programas de manutenção pesada, cujos custos estimados pela Companhia são provisionados em bases mensais, para refletir o total das despesas e dos gastos a incorrer no período planejado da manutenção. Vide nota explicativa nº 16.

3.8. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis estão descritos na nota explicativa nº 18.

3.9. Reconhecimento de receita

(i) Receitas de serviços prestados

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

Receita de serviços tarifários são reconhecidas quando há a efetiva utilização dos serviços, dos equipamentos, das instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contemplam as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia.

Receitas de serviços não tarifários contemplam a exploração de atividades econômicas no aeroporto de cessão de espaços, estacionamento e outros serviços auxiliares às áreas comerciais do sítio aeroportuário. Estas receitas não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente, são negociadas livremente entre as partes contratadas e registradas mediante a evidência dos serviços prestados.

(ii) Receita de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o IFRS 15 - Contratos de Construção. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços de construção, quando incorridos.

A administração entende, baseado em cálculos suporte, que a margem de supervisão das obras é imaterial para fins de mensuração. Logo, receita de construção é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, com margem próxima a 0%.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a receita e custo de construção representam o montante de R\$41.315 (R\$16.105 em 31 de dezembro de 2023).

3.10. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). Como não há fatores diluidores, o lucro por ação básico e diluído são iguais.

3.11. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pelo órgão regulador, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS nem pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para Companhias fechadas.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.12. Mudanças das práticas contábeis e divulgações Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro são os seguintes:

Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024

Norma	Descrição da alteração
Alterações à IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	O grupo adotou as alterações à IAS 1, publicadas em janeiro de 2020, pela primeira vez no exercício corrente. As alterações 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.
Alterações à IAS 7 — Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 — Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores	O grupo adotou as alterações à IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 — Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores pela primeira vez no exercício corrente. As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores, como um exemplo, dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez.

Norma	Descrição da alteração
Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com "Covenants"	As alterações indicam que apenas "covenants" que uma entidade deve cumprir no ou antes do final do período de relatório afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses "covenants" afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do "covenant" é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um "covenant" com base na condição financeira da entidade na data do relatório, que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório). O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um "covenant" após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de "covenants" pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os "covenants" (incluindo a natureza dos "covenants" e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os "covenants".

Norma	Descrição da alteração
Alteração à IFRS 16 — Arrendamentos — Passivo de Arrendamento em uma Transação de “Sale and Leaseback”	As alterações à IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de “sale and leaseback” que satisfazem as exigências da IFRS 15 para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança nos termos do arrendamento) aplicando as exigências gerais da IFRS 16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um “leaseback” que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo da IFRS 16 e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de “sale and leaseback” com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de “sale and leaseback” que se qualifica como venda na aplicação da IFRS 15 é um passivo de arrendamento. O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com a IAS 8 a transações de “sale and leaseback” celebradas após a data da aplicação inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a entidade aplicou a IFRS 16 pela primeira vez.

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A Companhia avaliou os impactos nas divulgações das demonstrações financeiras referentes às IFRSs novas e revisadas, conforme segue:

Norma	Descrição da norma
Alterações à IAS 21	As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando a entidade consegue obter a outra moeda dentro de um período que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações exequíveis. Quando a moeda não é conversível por outra moeda na data de mensuração, a entidade deve estimar a taxa de câmbio à vista naquela data. O objetivo da entidade ao estimar a taxa de câmbio à vista é refletir a taxa na qual uma transação de câmbio organizada ocorreria na data de mensuração entre participantes de mercado em condições econômicas vigentes. Os diretores da Companhia esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do grupo no futuro.
IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 – Lucro por Ação. Os diretores da Companhia esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do grupo no futuro.
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras. A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS. Os diretores da Companhia não esperam que a IFRS 19 seja aplicada para fins das demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

Não houve novas publicações até a data de emissão dessas demonstrações financeiras.

3.13. “Impairment” de ativos não financeiros

As revisões de “Impairment” de ativos não financeiros são realizadas anualmente ou se se houver indícios de que o ativo possa ter sofrido desvalorização.

Uma perda por “Impairment” é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram identificadas pela administração da Companhia evidências objetivas que justifiquem o registro de perdas de “Impairment”.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações financeiras da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 incluem, portanto, estimativas que possuem risco de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas pelo método curva de demanda de passageiros, equivalente ao longo do prazo da concessão, e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante reflitem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base nas projeções dos lucros tributáveis futuros. Na determinação desses montantes foram utilizadas as alíquotas previstas para recuperação ou liquidação desses valores.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (nota explicativa nº 24).

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

(b) Provisão para manutenção técnica

As provisões para manutenções técnicas representam os gastos estimados para manter as superfícies pavimentadas do aeroporto nos níveis mínimos de qualidade, conforme critérios estabelecidos no contrato de concessão. Os valores são reconhecidos proporcionalmente à medida da passagem do tempo e foram levantados com base em estudos técnicos realizados internamente, de modo a refletir a melhor estimativa dos gastos que serão incorridos.

(c) Cálculo da Provisão para perda de créditos esperada

Ao mensurar a PECLD a Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros.

A inadimplência é uma estimativa da perda resultante da falta de pagamento dos clientes das faturas registradas no contas a receber. Ela se baseia na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor espera receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da PECLD e representa uma estimativa da perda durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras, baseados ou negociações atuais.

(d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece a amortização dos ativos intangíveis relativos à concessão no resultado do exercício de acordo com a curva de demanda de passageiros, respeitando os limites impostos pela vida útil inferior ao prazo de concessão, amortizados pelo método linear de acordo com a respectiva taxa de amortização, e de forma prospectiva, com base no prazo remanescente da concessão. O reconhecimento do valor justo do ativo intangível decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas, e o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. A estimativa de vida útil do ativo intangível também requer um significativo nível de premissas e estimativas (definição da curva de tráfego). O uso de diferentes premissas e estimativas, e mudanças futuras podem afetar a vida útil dos ativos intangíveis e podem ter um impacto relevante no resultado das operações.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fundo fixo	31	31
Bancos conta movimento	8.936	5.736
Aplicação financeira	<u>46.271</u>	<u>51.523</u>
	<u>55.238</u>	<u>57.290</u>

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as aplicações financeiras são de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e fundos de investimentos remunerados a taxas que variam entre 95% até 103,2% dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI para o exercício de 2024 (entre 95% e 102% para o exercício de 2023).

6. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contas a receber - Concessão	40.399	37.943
(-) Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa	<u>(10.252)</u>	<u>(8.467)</u>
	<u>30.147</u>	<u>29.476</u>

(a) Movimentação da Perda de crédito estimada:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo no início do exercício	(8.467)	(14.205)
Provisões	(3.431)	(3.477)
Reversões	<u>1.646</u>	<u>9.215</u>
Provisões/Reversão líquida (nota explicativa nº 22)	<u>(1.785)</u>	<u>5.738</u>
Saldo no final do exercício	<u>(10.252)</u>	<u>(8.467)</u>

A Companhia sempre mensura a Perda de crédito estimada de contas a receber de clientes em um valor equivalente à PCE (Perdas de créditos esperadas). As perdas de crédito esperadas sobre contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de inadimplência passada do devedor e em uma análise da provisão financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos aos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data de relatório. A Companhia constituiu Perda de crédito estimada para a maior parte do contas a receber vencidas há mais de 90 dias e com base nas avaliações caso a caso de cada cliente.

(b) Composição por idade de vencimento (em dias)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A vencer	28.917	26.858
< 30	1.299	2.055
31 - 60	923	509
61 - 90	762	156
91 - 120	545	189
> 120	<u>7.953</u>	<u>8.176</u>
	<u>40.399</u>	<u>37.943</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PIS e COFINS	12.528	5.166
IRPJ e CSLL	7.007	-
IRRF sobre aplicações financeiras	166	166
Outros créditos tributários	<u>1.475</u>	<u>1.180</u>
	<u>21.176</u>	<u>6.512</u>

8. DESPESAS ANTECIPADAS

Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$1.514 (R\$1.791 em 2023), da rubrica despesas antecipadas, representa os gastos com seguros, os quais serão apropriados pelo prazo de cobertura dos contratos.

9. OUTROS ATIVOS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro	<u>82.732</u>	<u>64.343</u>
	<u>82.732</u>	<u>64.343</u>

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2, em dezembro de 2023, após a Decisão nº 644, publicada no Diário Oficial da União e após atualização das projeções com números realizados até 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu o valor de R\$79.023 referente ao pleito de reequilíbrio 2023.

Em 26 de novembro de 2024, após recebimento da Nota Técnica nº 209/2024/GEIC/SRA, a Companhia registrou o valor de R\$21.863 referente ao pleito de reequilíbrio 2024 e após atualização das projeções com números realizados até 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu o valor de R\$25.425 referente ao pleito de reequilíbrio de 2024.

A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será realizada por meio da compensação das contribuições variáveis futuras devidas pela Concessionária (ver nota explicativa nº 17 (iii)). O saldo a ser deduzido das parcelas das contribuições variáveis vincendas a partir de 2024 deverá ser atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado entre 31 de dezembro de 2024 e o mês anterior ao do pagamento das contribuições variáveis devidas pela Concessionária, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 8,50% (oito inteiros e cinquenta centésimos por cento), estabelecida pela Resolução nº 528, de 28 de agosto de 2019, proporcional ao número de dias correspondente.

Os valores de Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro foram reconhecidos na rubrica de Outras Receitas Operacionais, líquido de impostos.

Abaixo demonstramos a movimentação do saldo do reequilíbrio:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo no início do exercício	64.343	-
Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro (nota explicativa nº 22.1)	25.425	79.023
Atualização IPCA e WAAC regulatório	9.341	-
Outorga variável (nota explicativa nº 17.iii)	<u>(16.377)</u>	<u>(14.680)</u>
Saldo no final do exercício	<u>82.732</u>	<u>64.343</u>

10. IMOBILIZADO

A composição e movimentação do imobilizado está representada a seguir:

(i) Composição do imobilizado:

		<u>31/12/2024</u>			<u>31/12/2023</u>
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10%	17	(7)	10	13
Máquinas e equipamentos	10%	3.253	(756)	2.497	1.293
		<u>3.270</u>	<u>(763)</u>	<u>2.507</u>	<u>1.306</u>

(ii) Movimentação do imobilizado

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo no início do exercício	1.306	874
(+) Adição	1.374	557
(-) Depreciação	(458)	(125)
(-) Transferência para intangível (nota 11.ii)	285	-
Saldo no final do exercício	<u>2.507</u>	<u>1.306</u>

11. INTANGÍVEL E ATIVO DE CONTRATO

A composição e movimentação do intangível está representada a seguir:

(i) Composição do intangível

		31/12/2024			31/12/2023
	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Direito de concessão	(*)	1.954.080	(187.342)	1.766.739	1.772.263
Software	20	20.299	(2.516)	17.783	8.264
		<u>1.974.179</u>	<u>(189.858)</u>	<u>1.798.322</u>	<u>1.794.402</u>
Ativo de contrato	(**)	<u>13.801</u>	<u>-</u>	<u>13.801</u>	<u>13.876</u>

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão foi reconhecida na rubrica de custos dos serviços prestados, considerando o prazo de concessão através do método da curva de tráfego ou método linear conforme a vida útil econômica do bem. Os itens referentes ao contrato de concessão são investimento para concessão (reforma e ampliação) e outorga. A média ponderada esperada para amortização dos ativos referentes ao contrato de concessão para o exercício de 2024 é 1,8663% a.a. (1,7744% a.a. em 2023).

(**) O saldo de R\$13.801 (R\$13.876 em 2023) é relativo as obras e melhorias de infraestrutura em andamento, conforme a nota explicativa 3.6 (iii). Em 2024, a Concessionária reclassificou os valores para ativo de contrato de maneira comparativa à 2023, em conformidade com o CPC 27 – Ativo Imobilizado e CPC 47 – Receita de contrato com cliente.

(ii) Movimentação do intangível

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	1.794.402	1.804.875
(+) Adição ao intangível em formação	41.315	16.105
(+) Adição ao direito de exploração da infraestrutura	5.119	4.227
(-) Baixa	(6.098)	(1.141)
(-) Transferência do imobilizado (Nota 10.ii)	(285)	-
(-) Amortização	(36.131)	(29.664)
Saldo no final do exercício	<u>1.798.322</u>	<u>1.794.402</u>

(iii) Redução do valor recuperável dos ativos (“Impairment”)

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 01/IAS 36, para bens com vida útil definida só é necessário realizar o teste de “Impairment” quando indícios forem identificados. Em 31 de dezembro de 2024 não foram identificados indícios de “Impairment” para que o teste fosse realizado.

12. FORNECEDORES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores diversos	9.810	9.923
Provisão de fornecedores	<u>4.927</u>	<u>7.324</u>
	<u>14.737</u>	<u>17.247</u>

13. FINANCIAMENTO

(i) Composição

	<u>Moeda</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Banco do Nordeste ("BNB")	R\$	446.476	464.071
Custo de captação	R\$	<u>(6.904)</u>	<u>(7.385)</u>
		<u>439.572</u>	<u>456.686</u>
(-) Circulante		19.877	17.327
Não circulante		419.695	439.359

Em 13 de junho de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil ("BNB") no valor de R\$516.718. O prazo de financiamento é de 240 meses, com carência de 36 meses, contados a partir da data da assinatura do contrato. Os encargos financeiros são com base na TFC - Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais, apurados mensalmente juntamente do principal. O bônus de adimplência é de 15% da taxa de juros anual. O contrato de financiamento com o BNB detinha como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras ("Fiadores") e fundo de reserva, essas fianças bancárias foram baixadas em setembro de 2022 e em seu lugar, de acordo com o quarto aditivo, foram oferecidas em garantia as ações do projeto e os direitos creditórios da concessão, além do compromisso de integralização de capital, já constante em contrato de concessão.

O quarto aditivo requer cumprimento de índices financeiros - "covenants" abaixo detalhado os quais, se não cumpridos resultará na obrigação adicional de elevar o fundo de liquidez em conta reserva em valor equivalente a 1 (uma) parcela da dívida:

- O comprometimento da capacidade de pagamento que é o somatório das parcelas de amortização de principal dividido sobre o lucro líquido considerando determinados ajustes contratuais. Esse "covenant" é apurado anualmente.
- Comprovação do atingimento do fluxo mensal mínimo de recebíveis de R\$13.773, sendo este o valor médio de créditos na conta centralizadora mantida provenientes das receitas tarifárias e não tarifárias. Esse "covenant" será apurado semestralmente considerando o fluxo médio da movimentação (créditos) na conta centralizadora mantida dos seis meses anteriores à apuração.

Entre as principais obrigações não-financeiras estão: sofrer protestos da dívida acima da ordem R\$10.000; suspender as atividades operacionais por mais de 90 (noventa) dias; não cumprir com o reforço das garantias dos créditos em até 30 (trinta) dias após notificação do BNB; pedir recuperação judicial ou decretar falência; realizar alterações no controle acionário sem expressa anuência do BNB, exceto se a VINCI Airports mantiver o controle direto ou indireto da Companhia. A Companhia possui todas as obrigações relacionadas aos contratos de dívida ("covenants") atendidas em 31 de dezembro de 2024.

(ii) Prazo de vencimento

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
2024	-	17.806
2025	19.172	19.163
2026	21.240	21.230
2027	23.793	23.781
2028	25.725	25.714
2029 até 2038	<u>356.546</u>	<u>356.377</u>
	<u>446.476</u>	<u>464.071</u>

(iii) Movimentação

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo no início do exercício	456.686	473.397
(+) Despesas com juros (nota explicativa nº 23)	26.259	26.960
(-) Pagamento de principal	(17.338)	(16.335)
(-) Juros pagos	(26.516)	(27.815)
(+) Amortização do custo de transação	481	479
Saldo no final do exercício	<u>439.572</u>	<u>456.686</u>

(ii) Fundo restrito

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da rubrica de Fundo restrito no montante de R\$29.172 sendo R\$26.516 de principal e R\$2.656 de juros (R\$26.912 em 31 de dezembro de 2023), é mantido como garantia de pagamento do valor correspondente as três maiores parcelas do financiamento com o BNB. A aplicação é remunerada a uma taxa de aproximadamente 100% da SELIC.

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão de férias	3.167	3.736
Impostos e contribuições	2.488	2.134
Remuneração variável	4.017	6.670
Outras obrigações	<u>53</u>	<u>1.018</u>
	<u>9.725</u>	<u>13.558</u>

15. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são:

	31/12/2024			
	Saldo Contábil		Transações	
	Ativo	Passivo	Dividendos a pagar	Despesas
Vinci Airports SAS (i)	695	20.063	710	13.871
Concessionária dos Aeroportos da Amazônia (ii)	16.860	-	-	(16.860)
Vinci Concessions (iii)	-	7.136	-	2.721
Vinci Airports Brasil - Participações Ltda.	26	86	174	(26)
Vinci Mobility (iv)	-	-	-	755
Vinci Siege Social (iv)	-	124	-	236
Vinci Highways do Brasil (iv)	587	-	-	(745)
Cabo Verde Airports (iv)	-	-	-	(74)
Portway (iv)	-	80	-	80
Total	18.168	27.489	884	(42)

	31/12/2023			
	Saldo Contábil		Transações	
	Ativo	Passivo	Dividendos a pagar	Despesas
Vinci Airports SAS (i)	695	15.607	(710)	7.961
Concessionária dos Aeroportos da Amazônia (ii)	35.501	-	-	(15.401)
Vinci Concessions (iii)	-	4.414	-	1.248
Vinci Airports Brasil - Participações Ltda.	-	88	(88)	-
Vinci Mobility (iv)	-	-	-	957
Vinci Siege Social (iv)	-	22	-	22
Vinci Highways do Brasil (iv)	357	-	-	(357)
Cabo Verde Airports (iv)	24	-	-	(24)
Total	36.577	20.131	(798)	(5.594)

- (i) Refere-se a reembolso de despesas incorridas pelo acionista VINCI Airports SAS, relativos à contratos de prestação de serviços técnicos e de administração, dividendos obrigatórios, licença de ativos intangíveis e reembolso de despesas.
- (ii) Refere-se a reembolso dos gastos de pessoal ("sharing cost agreement") incorridos para a Concessionária Aeroportos da Amazônia, de profissionais de áreas diversas que atuam em determinados períodos, como por exemplo durante o período de obras, assim como profissionais que atuam de maneira contínua para ambas as Concessionárias.
- (iii) Refere-se a reembolso dos gastos relativos ao pagamento de ações do programa CASTOR.
- (iv) Refere-se a reembolso de gastos e de pessoal incorridos durante determinados períodos.

Não foram dadas ou recebidas nenhuma garantia em relação aos valores aqui apresentados.

Os valores pagos ao pessoal-chave da administração à título de remuneração estão demonstrados nas notas explicativas nº 21 e nº 22.

16. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO TÉCNICA

A provisão para manutenção técnica representa os gastos previstos para realização de programas de manutenção pesada, referentes principalmente às pistas de pouso e decolagem, em intervalos regulares.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante	2.470	2.470
Não circulante	<u>24.054</u>	<u>24.606</u>
	<u>26.524</u>	<u>27.076</u>

Movimentação

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo no início do exercício	27.076	18.906
(+) Provisão	4.421	4.506
(-) Reversões	(2.892)	-
(+/-) Juros	<u>(2.081)</u>	<u>3.664</u>
Saldo no final do exercício	<u>26.524</u>	<u>27.076</u>

17. OUTORGA DA CONCESSÃO A PAGAR

Premissas do reequilíbrio

Para realização dos reequilíbrios econômico-financeiros, conforme previsto no Anexo 5 do contrato de concessão, foi projetado um fluxo de caixa marginal de forma que fosse nulo a valor presente, líquido dos efeitos do desequilíbrio ocasionados pela pandemia, considerando os fluxos dos dispêndios e receitas marginais resultantes da pandemia.

Para projeção dos dispêndios, foram considerados critérios históricos e de mercado para projetar custos e despesas.

Para as projeções das receitas, foi considerada a demanda real verificada nos anos anteriores e adoção das melhores práticas de mercado para projetar a demanda até o final de cada um dos exercícios.

Para a taxa de desconto para o fluxo de caixa marginal, foi utilizado o WACC Regulatório de 8,5%, previsto em contrato para fins de reequilíbrio. Por meio da Nota técnica 209/2024/GEIC/SRA de 26 de novembro de 2024, a Diretoria colegiada da ANAC revisou e concordou com a revisão extraordinária do contrato de concessão em razão dos prejuízos causados pela pandemia no ano de 2024, com o objetivo de recompor o seu reequilíbrio econômico-financeiro. O valor referente ao reequilíbrio verificado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$21.863 (nota explicativa nº 1.2) este valor foi atualizado para R\$25.425 (notas explicativas 9 e 22.1) e integralmente reconhecido no resultado deduzido de PIS e COFINS no valor líquido de R\$23.073 (nota explicativa 22.1).

(i) Outorga fixa

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contribuição futura fixa	51	51
(-) AVP	(1.812)	(1.494)
Encargos sobre outorga de concessão a pagar	<u>5.557</u>	<u>4.737</u>
	<u>3.796</u>	<u>3.294</u>

A outorga futura fixa apresenta um valor nominal de R\$3.796 tendo sido utilizado uma taxa real de desconto de 8,5 % a.a. para o cálculo do valor presente. Após as compensações e pagamentos realizados, o novo cronograma de pagamentos da outorga fixa será a partir do 10º ano de concessão (vide nota explicativa nº 1).

(ii) Mapa de movimentação das outorgas fixa e variável

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo no início do exercício	3.294	2.934
(+) Atualização de juros (nota explicativa nº 23)	502	381
(+) Provisão para outorga variável (nota explicativa nº 21)	16.377	14.680
(-) Compensação outorga variável (nota explicativa nº 9)	(16.377)	(14.680)
(-) Compensação com reequilíbrio 2022	-	(21)
Saldo no final do exercício	<u>3.796</u>	<u>3.294</u>

(iii) Outorga variável

Com a inclusão da outorga variável no reequilíbrio econômico-financeiro aprovado pela ANAC, a outorga apurada em 2024 no valor de R\$16.377 será compensada em 2024 e a outorga apurada em 2023 no valor de R\$14.680 foi compensada. Demonstramos abaixo a memória de cálculo da outorga variável conforme estabelece o contrato de concessão:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita bruta antes das deduções	327.532	294.240
Cancelamentos	<u>(2)</u>	<u>(641)</u>
	327.530	293.599
Percentual ¹	<u>5%</u>	<u>5%</u>
Contribuição variável (nota explicativa nº 9)	<u>16.377</u>	<u>14.680</u>

¹ Conforme contrato de concessão

18. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CIVEIS

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia é ré em ações de causa indenizatórias no valor de R\$23.252 (R\$6.073 em 2023) classificadas, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, como de perda provável, relacionadas a processos cíveis. Abaixo segue mapa de movimentação:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	6.073	4.919
(+) Provisão	2.466	9.206
(-) Reversão	(2.631)	(8.052)
(-) Reclassificação de Outras contas a pagar (*)	17.344	-
Saldo no final do exercício	<u>23.252</u>	<u>6.073</u>

A Companhia também tem ações de natureza trabalhista, cível e administrativa envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis no montante estimado de R\$13.633 (R\$846 em 2023).

(*) Relativo ao risco tributário que tem como natureza o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), cobrados pela Prefeitura de Salvador, a Concessionária discute administrativa e judicialmente a cobrança, considerando a imunidade tributária conferida aos imóveis da União, visto que não detém a propriedade nem a posse do sítio aeroportuário, exercendo a detenção - posse precária sem ânimo de domínio, em nome de terceiro. O tema segue sem decisão definitiva até o momento, sendo monitorado quanto a possíveis impactos futuros.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o capital social e o quadro acionário da Companhia estão representados a seguir:

Acionista	Participação	Ações nominais	Subscrito	A integralizar	2024	2023
					Capital - R\$ Integralizado	Capital - R\$ Integralizado
Vinci Airports SAS	88,97%	1.024.113	1.024.113	1.373	1.022.740	1.022.740
Vinci Airports Brasil - Participações Ltda.	11,03%	126.931	126.931	3.065	123.865	123.865
	<u>100,00%</u>	<u>1.151.044</u>	<u>1.151.044</u>	<u>4.438</u>	<u>1.146.605</u>	<u>1.146.605</u>

19.2. Reserva de capital

19.2.1. Custos na emissão de ações

A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a certos gastos diretamente ligados à operação de aumento de capital. O saldo dessa operação para 31 de dezembro de 2024 e de 2023 monta o valor de R\$3.804.

19.2.2. Reserva de capital - Transações de capital

Refere-se a transações entre acionistas utilizadas para aumento de capital.

19.3. Reservas de lucros

19.3.1 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente pode ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	102.493	108.821
Percentual	<u>5%</u>	<u>5%</u>
Reserva legal	<u>5.125</u>	<u>5.414</u>

19.3.2 Reserva de incentivos fiscais

A companhia constituiu reserva de incentivo fiscal no montante de R\$19.044 (R\$23.060, em 2023) referente a fruição do regime de redução de 75% do IRPJ da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

19.4 Dividendos pagos e propostos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Abaixo demonstramos o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	102.493	108.280
Reserva legal (nota explicativa 19.3.1)	(5.125)	(5.414)
Reserva de incentivo fiscal (nota explicativa 19.4)	<u>(19.044)</u>	<u>(23.060)</u>
Base para dividendos mínimos obrigatórios	78.324	79.806
Percentual estatutário	<u>1%</u>	<u>1%</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>783</u>	<u>798</u>
Centavos por ação em R\$	0,68	0,69

Foram pagos proporcionalmente de acordo com a participação das acionistas Vinci Airports SAS e Vinci Airports Brasil - Participações Ltda. durante o exercício de 2024, os dividendos adicionais de R\$40.000 e obrigatórios propostos de R\$798, totalizando o montante de R\$40.798.

Os dividendos adicionais, no montante de R\$40.000, propostos pela Administração “ad referendum” da Assembleia dos Acionistas, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do interpretação técnica ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendo, e serão pagos em data a ser definida pelos acionistas em Assembleia Geral.

20. RECEITA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

(a) Receita líquida operacional

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita de embarque e conexão	152.184	136.582
Receita de pouso e permanência	39.617	36.578
Receita de armazenagem e capatazia	17.937	16.072
Receita de cessão de espaço	109.002	96.926
Outras receitas	<u>8.792</u>	<u>8.082</u>
	327.532	294.240
 (-) Impostos sobre faturamento	 (43.254)	 (38.373)
(-) Devoluções e cancelamentos	(2)	(641)
 Receita líquida operacional	 <u>284.276</u>	 <u>255.226</u>

(b) Receita de construção

Em 31 de dezembro de 2024, o montante referente a receita de construção foi de R\$41.315 (R\$16.105 em 31 de dezembro de 2023).

21. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

(a) Custo operacional

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Operações aeroportuárias	(37.107)	(35.545)
Depreciação e amortização (notas explicativas nº 10 e nº 11)	(36.589)	(29.789)
Custos com pessoal	(24.375)	(13.216)
Conservação e manutenção	(16.470)	(18.214)
Outorga variável (nota explicativa nº 17.iii)	(16.377)	(14.680)
Seguros e garantias	(5.744)	(5.018)
Honorários da diretoria	(2.328)	(4.353)
Material, equipamentos e veículos	(2.350)	(3.090)
Provisão de manutenção técnica	(1.528)	(2.349)
Gastos gerais	<u>(9.304)</u>	<u>(19.371)</u>
	<u>(152.172)</u>	<u>(145.625)</u>

(b) Custo de construção

Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

A Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$41.315 (R\$16.105 em 31 de dezembro de 2023) como custo de construção.

22. DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Despesas gerais e administrativas</u>		
Despesas com pessoal	(16.337)	(27.835)
Honorários da diretoria	(2.535)	(1.575)
Comunicação, marketing e publicidade	(1.772)	(1.778)
Viagens	(1.298)	(1.586)
Consultoria e assessoria	(1.008)	(718)
Outros gastos gerais e administrativos	(3.717)	(2.237)
Total das despesas gerais e administrativas	<u>(26.667)</u>	<u>(35.729)</u>
<u>Despesas com vendas</u>		
Perda de crédito esperada (nota explicativa nº 6)	(1.785)	5.738
Outras despesas com vendas	(578)	(60)
Total das despesas com vendas	<u>(2.363)</u>	<u>5.678</u>
Total das despesas gerais, administrativas e de vendas	<u>(29.030)</u>	<u>(30.051)</u>

22.1 Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita de reequilíbrio econômico-financeiro (nota explicativa nº 1.2)	25.425	79.023
(-) PIS e COFINS sobre reequilíbrio	<u>(2.352)</u>	<u>(7.310)</u>
	23.073	71.713
Outras despesas operacionais	24	-
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	<u>165</u>	<u>(1.154)</u>
	<u>23.262</u>	<u>70.559</u>

23. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicação financeira	6.954	6.987
Juros recebidos	11.792	6.861
Outras receitas financeiras	295	1.672
Efeito encargos – reequilíbrio	-	21
Descontos obtidos	14	17
Total da receita financeira	<u>19.055</u>	<u>15.558</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre financiamento (nota explicativa nº 13.iii)	(26.259)	(26.960)
Juros sobre passivos de longo prazo	2.080	(5.820)
Encargos sobre a outorga de concessão (nota explicativa nº 17.ii)	(502)	(381)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(268)	(137)
Variação cambial passiva	(1.674)	(418)
Outras despesas financeiras	(3.463)	(3.946)
Total das despesas financeiras	<u>(30.086)</u>	<u>(37.662)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(11.031)</u>	<u>(22.104)</u>

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(i) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui registrados impostos diferidos passivos líquidos no montante de R\$37.606 (R\$40.388 ativos em 31 de dezembro de 2023), calculados sobre diferenças temporárias, a alíquota de 34%, conforme abaixo demonstrado.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ganho na antecipação da outorga fixa	149.355	151.590
Provisão para manutenção técnica	(26.524)	(27.076)
Provisão para perda de créditos esperada	(10.252)	(8.467)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis (*)	3.441	3.441
Provisão para participação nos lucros	(4.017)	(6.670)
Outros	(1.397)	5.970
Total das provisões temporárias	<u>110.606</u>	<u>118.788</u>
Alíquota combinada dos impostos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	10.014	6.960
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>(47.620)</u>	<u>(47.348)</u>
	<u>(37.606)</u>	<u>(40.388)</u>

(ii) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	115.305	128.004
Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social à alíquota de 34%	(39.204)	(43.521)
Ajustes permanentes	7.348	737
Incentivo fiscal	19.044	23.060
Efeito de IRPJ e CSLL no resultado	<u>(12.812)</u>	<u>(19.724)</u>
IRPJ e CSLL diferidos	2.782	2.212
IRPJ e CSLL correntes	(34.638)	(44.996)
Incentivo fiscal	19.044	23.060
Total da receita (despesa) com IRPJ e CSLL	<u>(12.812)</u>	<u>(19.724)</u>

Durante o exercício de 2024, foram pagos antecipadamente com base em balancetes de redução e suspensão o montante de R\$14.634 de IRPJ e CSLL (R\$9.927 em 2023).

(iii) Incentivo fiscal

A Companhia é beneficiária do regime de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 1º de janeiro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2028, conforme Laudo Constitutivo nº 0289/2019, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), constante do Processo Administrativo Fiscal nº 10580.720550/2019-37. O referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do aeródromo. A Companhia reconheceu em 2024 montante de R\$19.044 (R\$23.060 em 2023) referente à subvenção em conta de resultado.

25. COBERTURA DE SEGURO

Modalidade	Vigência até	Cobertura
Responsabilidade civil aeronáutica	dezembro/2025	USD 750.000*
Responsabilidade civil aeronáutico excesso AVN 52g	dezembro/2025	USD 500.000*
Riscos operacionais ("property")	dezembro/2025	2.278.204
Risco diversos (terrorismo)	dezembro/2025	340.000
"Performance bond"	janeiro/2027	161.018
Responsabilidade civil ambiental	março/2026	38.000
Responsabilidade civil geral	março/2026	10.000
Seguro frota	janeiro/2026	1.500

* Valor em milhares de dólares

Seguro de responsabilidade civil aeronáutica (STARR)

Seguro tem por objetivo garantir indenização e/ou reembolso de despesas incorridas até o limite contratado, em decorrência da realização dos riscos cobertos, conforme estabelecido nas condições gerais, especiais e particulares, em decorrência do exercício das suas funções como Operador Aeroportuário (Administração dos Aeroportos). Com vigência até 31 de dezembro de 2025 com um limite de indenizações em caso de sinistro de U\$S750.000.

Excesso de Guerra (AVN 52G- STARR)

A Companhia contratou cobertura adicional ao Seguro de Responsabilidade Civil Aeronáutica, com limite combinado de indenização no valor de U\$S500.000. A cobertura abarca as quantias devidas e/ou reembolsar as despendidas, pelo Segurado, na reparação de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, e/ou nas ações emergenciais empreendidas para tentar evitá-los e/ou minorá-los, decorrente da Responsabilidade Civil Aeronáutica Riscos de Guerra, Sequestro e outros Riscos Correlatos, Responsabilidades Aeronáuticas - AVN 52G, em excesso à apólice primária, no exercício de funções decorrentes ou em conexão com suas operações de aviação, como proprietário e operador do respectivo Aeroporto do Segurado. O seguro possui vigência até 31 de dezembro de 2025.

Seguro riscos operacionais (“property”) (AIG Seguros)

A Companhia contratou a cobertura de seguro no valor de R\$2.278.204 para cobertura e proteção patrimonial de bem público em concessão representado pelo Aeroporto de Salvador, que compreende todos os itens relacionados nas categorias de prédios e edificações, MMU (Máquinas, Móveis e Utensílios) e lucros cessantes, a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 31 de dezembro de 2025 e cobertura variável de acordo com os eventos ocorridos.

Seguro de riscos diversos (terrorismo) (CHUBB)

Seguro com vigência até 31 de dezembro de 2025 com cobertura de seguro no valor de R\$340.000 para cobertura e proteção patrimonial de bem público em concessão representado pelo Aeroporto de Salvador, que compreende todos os itens relacionados nas categorias de prédios e edificações, MMU (Máquinas, Móveis e Utensílios) e lucros cessantes, a título de reparação de danos causados por atos de terrorismo e vandalismo, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, e cobertura variável de acordo com os eventos ocorridos.

Seguro “performance bond” (Potencial)

Este seguro abrange as obrigações no contrato de concessão com cobertura de R\$161.018. O seguro tem a finalidade de garantir à ANAC as obrigações contratuais da concessão, com vigência até 28 de janeiro de 2027.

Seguro de responsabilidade civil ambiental (AXA)

A Companhia, contratou a cobertura de seguro no valor de R\$38.000 com vigência até 20 de março de 2026 para indenizações por danos civis, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro Responsabilidade Civil Geral (Berkley)

Fica entendido e acordado que o presente seguro indenizará as quantias mensuráveis pelas quais o segurado seja civilmente responsável a pagar, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo expressamente autorizado pela seguradora à responsabilização civil do Segurado por danos corporais e/ou materiais, causados às empresas prestadoras de serviços de manutenção, limpeza e pequenas obras ou quaisquer terceiros, que, assim como o segurado prestem serviços em um mesmo local. O seguro possui vigência até 7 de março de 2026.

Seguro Frota (Tokio Marine)

A Companhia contratou Seguro Frota com Limite Máximo de Cobertura equivalente a 1,5 milhão de reais, que garante ao Segurado, quando caracterizada a indenização integral do veículo sinistrado, o pagamento de quantia variável, por Danos Causados à terceiros pelos veículos que integram a frota da Concessionária. O seguro possui vigência até 1º janeiro de 2026.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado - taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva determinam as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, que elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	Maturidade dos pagamentos				Total
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Maior que 5 anos	
Fornecedores	14.737	-	-	-	14.737
Provisões para manutenção técnica	2.470	3.709	3.910	16.435	26.524
Outorga da concessão a pagar	-	-	3.796	-	3.796
Financiamento	19.172	45.033	56.595	325.676	446.476
Total	36.379	48.742	64.301	342.111	491.533

c) Gestão do risco de capital

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Financiamentos	13	439.572	456.686
Outorga da concessão a pagar	17	3.796	3.294
Menos: Caixa e equivalente de caixa	5	(55.238)	(57.290)
Menos: Fundo restrito	13(iv)	(29.172)	(26.912)
Dívida líquida		358.958	375.778
Total do patrimônio líquido		1.454.326	1.392.616
Índice de alavancagem financeira (%)		25%	27%

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

d) Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado.

Taxas de juros e inflação

A Companhia está exposta a riscos de oscilações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA o qual é base para correção do passivo da outorga da concessão.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia tem a possibilidade de incorrer em perdas devido oscilações nas taxas de câmbio, que podem aumentar suas despesas financeiras relativas às operações com fornecedores, assim como uma redução em suas receitas financeiras nas operações derivadas pelo terminal de cargas e aeronaves.

A volatilidade das oscilações de câmbio é monitorada continuamente pela Companhia.

Análise de sensibilidade da taxa de juros

As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base na exposição às taxas de juros de instrumentos derivativos e não derivativos na data de relatório. Para passivos com taxas de juros variáveis, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto na data de relatório estava em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 10 pontos base é usado ao reportar o risco de taxa de juros internamente para o pessoal-chave da Administração e representa a avaliação da Administração da alteração razoavelmente possível nas taxas de juros. No quadro abaixo, consideramos no cenário I a taxa de juros atual, no cenário II uma redução de 10 pontos base e para o cenário III um aumento de 10 pontos base:

Operação	Risco	Taxa	Saldo em	Cenário I	Cenário II	Cenário III
			31/12/2024			
Financiamento	IPCA*	4,71%	439.572	20.689	25.861	31.034

* A taxa IPCA utilizada na tabela de sensibilidade como cenário provável foram obtidas no IBGE.

e) Risco regulatório

Para riscos regulatórios a Companhia possui uma equipe de especialistas para acompanhar e endereçar esses riscos além de seguros contratados para cobertura, minimizando tais riscos.

f) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2024 aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

g) Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos apresentados abaixo são mensurados pelo custo amortizado e não há variações significativas quando comparados com seu valor justo.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Ativos financeiros</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	55.238	57.290
Contas a receber	30.147	29.476
Adiantamentos diversos	4.346	2.070
Total dos ativos circulantes	89.731	88.836
<u>Passivos financeiros</u>		
Fornecedores	14.737	17.247
Adiantamento de clientes	9.368	10.253
Financiamento	439.572	456.686
Outras contas a pagar	6.498	13.544
Total dos passivos circulantes	470.175	497.730

27. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO BÁSICO E DILUIDO

O lucro líquido básico por lote de ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Concessionária	102.493	108.280
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	1.146.605	1.146.605
Lucro líquido por ação básico e diluído - R\$	<u>0,0894</u>	<u>0,0944</u>

28. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Compensação da outorga variável	<u>16.377</u>	<u>14.680</u>

29. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto completo das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e concluíram que as referidas demonstrações traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovaram em 15 de maio de 2024.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 6 de fevereiro de 2025, a ANAC por meio da Nota Técnica nº3/2025/GEIC/SRA, reconheceu o montante de R\$24.304 como valor atualizado para o reequilíbrio de 2024.